

Relações de gênero e poder no interior das instituições religiosas cristãs

Avanço de investigação em curso

Gênero, Desigualdades e Cidadania

Pollyanne Rachel Fernandes Maciel¹

Resumo

Em seu processo de construção social, o campo religioso tem sido marcadamente dominado pelo sexo masculino. Nas grandes religiões institucionalizadas, as lideranças femininas acabam sempre marginalizadas, reforçando a tradicional imagem de mulher submissa à autoridades religiosas masculinas. Assim, em pleno século XXI, a hierarquia masculina das igrejas tem impedido as mulheres de ascender a cargos ordenados e oficiais no interior das instituições eclesiais. A presente comunicação reflete acerca das relações de gênero a partir de uma breve análise do discurso religioso e das relações de poder no interior das instituições religiosas cristãs. Verifica-se que, de modo geral, o poder é distribuído desigualmente entre os sexos, comumente, as mulheres ocupam posições subalternas, predominando, ainda, as configurações tradicionais do masculino e feminino, como muralha de contraposição à mudança e a ordenação feminina.

Palavras-chave: Cristianismo; Relações de gênero; Ordenação feminina.

1. Introdução

O papel da mulher na sociedade ocidental mudou consideravelmente nas últimas décadas. Entretanto, a vida cotidiana ainda é profundamente marcada pelas relações de dominação de gênero. De tal modo, que em meio às nossas atividades mais triviais, a situação privilegiada do sexo masculino aparece como algo natural, desde as relações familiares e de trabalho à instituição de regras morais severas disfarçadas atrás preceitos de “boa conduta” que estabelecem o que convém ou não a mulher. Através de um longo processo histórico constrói-se um modelo de feminilidade atrelado à fragilidade (sexo frágil), incapacidade/ inferioridade e até mesmo, fonte do mal.

Segundo Scott (1990), o masculino é tomado, historicamente, como o normativo para a humanidade, o que proporciona a elaboração de uma espécie de contrato sexual nas relações sociais. Esse contrato estabelece o patriarcado moderno e a dominação dos homens sobre as mulheres. Esta dominação se exerce nas esferas privada e pública, atribuindo aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos. Assim, a situação privilegiada do sexo masculino aparece como algo natural, convertendo a diferenciação de gênero em desigualdade.

Esta “inferioridade” – como nos mostra Bourdieu (2003) é construída por um processo social, que naturalizou-se – está arraigada em diferentes sociedades, e se revela, também, nas estruturas das igrejas. A igreja, de acordo com este autor, é uma das principais instâncias sociais que têm garantido o trabalho de reprodução da estrutura das relações de dominação entre os sexos. Esta, segundo ele, sempre fora marcada pelo

antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir do alto de sua sabedoria,

¹ Mestranda em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil. Endereço eletrônico: polly.rachel@gmail.com

uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (...) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres (p.103).

A igreja é um dos pilares sobre o qual se assenta a relação hierarquizada entre os sexos. Ela contribui para a manutenção da ordem política reforçando-a simbolicamente, inculcando em seus membros o fato de que a submissão feminina ao homem é, antes, o retrato da própria relação da igreja com Cristo, da qual Ele é o “cabeça”. É sob essa idéia que a hierarquia masculina das igrejas tem impedido as mulheres de ascender a cargos ordenados e oficiais no interior da instituição. Neste e em outros casos, o poder religioso dá uma aura de normalidade ao poder político que torna natural a dominação e a exclusão de mulheres dos cargos oficiais nas igrejas; o faz de maneira mais “indireta, (...) por meio, sobretudo da simbólica dos textos sagrados...” (Bourdieu, 2003: p.103).

De fato, a religião tem funcionado, em todos os momentos da história, como uma das principais instâncias de controle da ordem espiritual, física e moral dos fiéis, atuando, assim, como reguladora e vigilante do comportamento, valores e preferências dos indivíduos, principalmente no que tange à relação entre os sexos. Um dos setores mais poderosos da regulação inspirada na religião é o que determina as relações de gênero. A esse respeito, historicamente, a influência da religião tem sido fundamental, tanto no interior das próprias ordens religiosas, como na sociedade em geral.

Com efeito, a religião tem sido enormemente influente no relacionamento homem/mulher, mesmo no chamado mundo dito secularizado. A religião dominante, no caso do ocidente, a religião cristã, geralmente auxiliada por um forte aparato de sustentação, molda a sociedade e a conduta dos indivíduos, fato que a leva a exercer uma grande predominância sobre a cultura e, por consequência, sobre os indivíduos.

Como o feminismo, que mostrou que as linhas de poder da sociedade estão estruturadas não apenas pelo capitalismo, mas também pelo patriarcado (Silva, 1999: p.91), queremos colocar em discussão, mais uma vez, essa repartição desigual de poder entre homens e mulheres, como os primeiros apropriam-se de uma parte gritantemente desproporcional dos recursos materiais e simbólicos da sociedade, analisando o discurso religioso e as relações de gênero e poder no interior das instituições religiosas cristãs.

2. Relações de gênero e poder

As relações de gênero têm como transversal em sua dinâmica a dominação e o poder. O poder necessariamente implica numa relação de dominação, no nosso caso específico, de homens sobre mulheres, uma vez que historicamente as mulheres têm estado do lado oposto ao poder, do lado da subalternidade.

Entretanto, pensar esta dinâmica como unilateral, ou seja, como uma barbárie masculina é incorrer no erro da vitimização. Assim, Marilena Chauí (1985) nos mostra que a mulher também é sujeito nesta relação, sujeito dominado, heterônomo, não autônomo, mas o é.

Marcela Lagarde (1993: p. 154) define o poder como:

[...] a capacidade de decidir sobre a própria vida: como tal, é um fato que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais: aí se materializa como afirmação, como satisfação de objetivos [...]. Mas o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o poder se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e simbólicos. Dessa posição domina, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz o poder.

Assim, falar em relações de gênero é falar em poder, pois as relações que se estabelecem entre o masculino e o feminino são relações assimétricas, desiguais em que a mulher é mantida subjugada ao homem e ao domínio patriarcal.

De acordo com Manuel Castells (2000), o patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assenta quase todas as sociedades contemporâneas. “Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar”. Entretanto, para que essa autoridade possa ser exercida, “é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. (p. 169).

Em “A Dominação Masculina” Pierre Bourdieu (2003) estabelece a dominação de gênero no centro da economia das trocas simbólicas (p. 24). Na sua análise, a constatação de que esta prática está corporificada, fazendo vítimas tanto a mulheres quanto a homens. O corpo, segundo ele, é o lugar onde se inscrevem as disputas pelo poder, é nele que o nosso capital cultural está inscrito, é ele a nossa primeira forma de identificação desde que nascemos – somos homens ou mulheres. Por conseguinte, o nosso sexo define se seremos dominados ou dominadores. O corpo é a materialização da dominação, é o “locus” do exercício do poder por excelência.

De acordo com Sayão (2003), passamos a ser homens ou mulheres e as construções culturais provenientes dessa diferença evidenciam inúmeras desigualdades e hierarquias que se desenvolveram e vêm se acirrando ao longo da história humana, produzindo significados e testemunhando práticas de diferentes matizes.

A consequência de tais representações sociais engendradas pelo capital simbólico é o quase consenso de que a mulher é o ser menos capaz, o sexo frágil que precisa a todo tempo de um protetor, além disso, ainda hoje relegada a seu papel de reprodutora, enquanto a virilidade e os atributos considerados masculinos, como forte e protetor, são preferidos em detrimento daqueles concebidos como “feminino”, sendo aqueles considerados naturalmente superiores. Assim, o homem é a norma, partindo deste pressuposto as construções simbólicas. É dado que o que é simbólico avança para o político e passa a ser a realidade objetivada. Em outras palavras, a idealização objetivada torna-se subjetiva por meio das instituições formadoras de consciência que fornecem o nosso modo de viver a realidade, como se esta fosse formada por uma unidade de sentido inquestionável.

Instituições como a Igreja, nos ensina Bourdieu, modelam as disposições conforme a posição nela ocupada pelos indivíduos, fazendo-os incorporar valores e práticas que são atribuídos ao universo masculino e feminino, estabelecendo as desigualdades e hierarquias de gênero. Também entendendo que essas instituições (no nosso caso particular, as Igrejas) não estão imunes a mudanças – embora, em Bourdieu, elas tendam intermitentemente a perpetuar o que é socialmente construído, naturalizando-o (Bourdieu, 2003).

Segundo Giddens (2005), na Igreja e respectivas denominações, enquanto organizações religiosas com sistemas definidos de autoridade, tais como em outras áreas da vida social, as mulheres são, na maioria das vezes, excluídas do poder.

A interlocução com a noção de microfísica do poder, defendida por Michel Foucault (2001), possibilita uma maior flexibilidade em termos analíticos das relações do poder, no tocante a gênero, particularmente a sua concepção positivo do poder, nos ajudar no entendimento, sobretudo, no que se refere às situações de mudanças nas relações de gênero, visto que, para o autor, as relações de poder se dão, também, em nível dos indivíduos, e aplica-se à vida cotidiana imediata que o categoriza, marcando a sua própria individualidade e identidade.

As relações de poder, para esse teórico, não se dão somente em nível institucional e nem se apresentam, exclusivamente, como algo negativo, que só castiga e impõe limites, existe também em sua forma positiva, que produz e transforma. Através dessa noção positiva de poder, pode-se analisar as relações cotidianas, as práticas das mulheres consagradas como negociações, estratégias e táticas que sinalizam mudanças.

Michelle Perrot (1988) defende uma postura diferente de Bourdieu. Enquanto para este último as mulheres são dominadas pelo poder masculino, aquela vê nesta relação a possibilidade das mulheres exercerem “poderes”, o que relativizaria o poder do homem, recusando, deste modo, a ideia de uma dominação universal passiva. Para tanto evoca a história das mulheres, argumentando que pensar a história linearmente como a história da dominação masculina é um erro, é excluí-las de um período no qual elas também foram sujeitos. Em Bourdieu a história da resistência não aparece, a dominação é universalizante.

Para Perrot, não existem limites estanques entre o público e o privado. “As fronteiras entre o público e o privado nem sempre existiram. Elas mudam com o tempo”, assegura (p.176). Seguindo esta linha de pensamento, argumenta que as mulheres exercem domínio no cotidiano, nos bastidores, escapando da dominação e “criando elas mesmas o movimento da história” (p.187).

Todavia, as pequenas parcelas de poder ou os pequenos poderes que lhes tocam e que lhes permitem romper, em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia masculina, são poderes tremendamente desiguais.

Esta subalternidade, determinante na condição feminina, é fruto do seu papel de gênero. A sociedade, através de suas instituições (aparelhos ideológicos), da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho, constrói mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos: masculino e feminino envolvidos em uma relação de domínio e subjugação.

Os movimentos feministas das décadas de 1960, 1970 e 1980 desempenharam um papel fundamental na luta das mulheres por igualdade, cidadania e emancipação, modificando o panorama ocidental das relações sociais de gênero.

Contudo, essa forma de dominação, que se inscreve em toda a ordem social, permanece, apesar dos inegáveis avanços obtidos pelo feminismo e das transformações nas condições das mulheres. A mudança a esse respeito, no ocidente contemporâneo, está no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a proeminência de algo que é indiscutível. Isso, principalmente, em razão do trabalho crítico do movimento feminista, que conseguiu romper “o círculo de reforço generalizado”, pelo menos em determinadas áreas do espaço social (Bourdieu, 2003, p.106). Assim, após séculos de aceitação aparentemente passiva, o cenário vem mudando. Os efeitos se fazem sentir em todas as esferas, até mesmo no âmbito religioso.

3. O Cristianismo e as mulheres

A discriminação em relação ao sexo feminino é uma característica presente na maioria das sociedades e das religiões. Ao longo da história, as religiões constituíram-se em poderosos instrumentos de submissão e produção do silêncio das mulheres no seio da sociedade.

Bocas fechadas, lábios cerrados, pálpebras baixas, as mulheres só podem chorar, deixar as lágrimas correrem como a água de uma inesgotável dor, da qual segundo Michelet, elas “detêm o sacerdócio”. [...] O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos, pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Silêncio das mulheres na igreja ou no templo; maior ainda na sinagoga ou na mesquita, onde elas não podem nem mesmo penetrar na hora das orações. (Perrot, 2005. p. 9-10).

A tradição cristã é masculina por excelência, tanto em seu simbolismo quanto em sua hierarquia. Em relação às mulheres, algumas das principais igrejas cristãs estão entre as organizações mais conservadoras das sociedades modernas, especialmente a Igreja Católica (Giddens, 2005, p.434).

Com relação ao papel social e religioso da mulher, por exemplo, as religiões, têm, explícita ou implicitamente, em seu bojo teológico, em sua prática institucional e histórica, uma visão específica que estabelece e delimita os papéis masculinos e femininos. Segundo Rosado-Nunes (2005), historicamente, são os homens que dominam a produção do que é ‘sagrado’ nas diversas sociedades. Para ela, os discursos e as práticas religiosas têm a marca dessa dominação. Nesse sentido, “normas, regras, doutrinas são definidas por homens em praticamente todas as religiões conhecidas” (p.363).

De fato, ao longo de sua trajetória, a tradição cristã representou a mulher como um ser inferior e submisso ao homem. Em sua doutrina social, a igreja, sobretudo a católica, tem reforçado o papel de sujeição da mulher ao homem. À esta sempre se atribuiu a esfera privada – o lar –, tendo como função “natural” o cuidado e a educação dos filhos.

Herdamos desta tradição uma visão negativa da figura feminina, uma vez que seu legado foi responsável pelo sufocamento de uma via feminina na teologia, na doutrina e na autoridade no cristianismo.

De acordo com Rosado-Nunes (2006),

as religiões, assim como os estudos que tentam compreendê-las e explicá-las, sofreram, nas últimas décadas, de maneira significativa, os impactos do feminismo, seja como movimento, seja como pensamento. As reivindicações das fiéis variam desde o acesso ao sacerdócio e ao pastorado, no campo cristão, até o uso do véu, ou sua recusa, entre as muçulmanas. O desenvolvimento de um discurso teológico elaborado por mulheres e distinto, em muitos aspectos, daqueles que escrevem os homens é marcado pela forte influência das idéias feministas. Revisões das interpretações existentes dos textos sagrados e a proposição de novas interpretações são uma constante entre as teólogas feministas. (p. 294)

No contexto atual, as hierarquias têm sido cada vez mais questionadas. De acordo com Carneiro (2008), acompanhando as novas configurações da sociedade mais geral, está ocorrendo uma mudança no perfil do crente, dos fiéis das igrejas, que, gradativamente, vão esboçando uma postura crítica em relação às mesmas. Neste contexto, as relações entre mulheres e homens nas igrejas brasileiras estão agregando novos elementos.

Observa-se hoje, no interior de muitas instituições religiosas protestantes brasileiras, que elas foram fortemente influenciadas pelas idéias do Feminismo mundial – mesmo aquelas que são indiferentes ao movimento feminista –, o que levou algumas mulheres a questionar a hierarquia masculina no interior das igrejas.

Isso significa que não são todas as mulheres que o apóiam, não ocorrem em todas as instituições simultaneamente e nem da mesma maneira, uma vez que a dominação masculina está estruturada em nossa sociedade, sendo, ainda, constantemente produzida e reproduzida por diversas instituições que procuram perpetuá-la – como as igrejas – e não será solapada por um ato de tomada de consciência repentina, pois está inscrita no mais íntimo dos corpos, principalmente dos agentes religiosos (Bourdieu, 2003).

4. A mulher consagrada ao serviço religioso: liderança e ministério feminino

No cristianismo, assim como em outras religiões, o acesso ao poder institucional está legitimado pelo sexo e pelas representações simbólicas que foram sendo cristalizadas ao longo dos séculos. Nesse sentido, pode-se afirmar que este se institucionalizou como uma religião eminentemente masculina, uma vez que ser homem ou ser mulher, no âmbito religioso, significa mais do que uma representação sexual, ou seja, trata-se da possibilidade de acessar ou não o espaço do poder de hierarquia, do culto e até mesmo do ensino e da produção do saber teológico-religioso (Furlin, 2008).

Percebemos que historicamente as mulheres foram reduzidas ao papel doméstico, reforçando a reprodução de um modelo de dominação masculina – a dominação dos pastores ou padres.

Nas grandes religiões institucionalizadas as lideranças femininas acabam sempre marginalizadas, reforçando a tradicional imagem de mulher submissa à autoridade religiosa representada pela figura masculina. Essa marginalização envolve espaços de liderança, acesso à formação e as relações hierárquicas nas estruturas institucionais. No caso do catolicismo, as ordens femininas são suprimidas do ofício sacramental e de todas as instâncias de decisão da Igreja, estando ligadas mais a obra social. No protestantismo a condição inferior é imposta à mulher quanto ao exercício ministerial, hegemonicamente masculino.

Verifica-se, entretanto, na vertente cristã protestante, a liderança religiosa feminina legalmente institucionalizada, embora restrita a um pequeno número de congregações, legitimando uma aproximação com a teologia feminista e apresentando mais flexibilidade nos papéis masculinos e femininos do que na Igreja Católica, que preserva uma estrutura arcaica bastante fechada nesse sentido.

O ministério feminino é um tema que tem suscitado bastante interesse e discussão no interior das igrejas evangélicas brasileiras, e tem proporcionado uma diversificada gama de interpretações. Em pleno século XXI, grande parte da hierarquia masculina das igrejas, evangélicas e, também, da Igreja Católica, tem impedido as mulheres de ascender a cargos ordenados e oficiais no interior das instituições eclesiais.

Em sua forma mais simples, as opiniões concernentes ao papel do ministério de mulheres na igreja são muito frequentemente divididos por estudiosos em dois grupos distintos: aqueles que crêem que as mulheres devem ser permitidas ocupar posições de autoridade pastorais na igreja e aqueles que crêem que somente homens são permitidos ter tais posições na igreja. Aqueles que crêem que mulheres devem ser limitadas [de modo a não] terem papel de autoridade, papel pastoral na igreja, abraçam o que é conhecido como o ponto de vista "histórico" ou "tradicional". Por outro lado, aqueles que crêem que mulheres devem possuir a habilidade de ocupar todas as posições de liderança dentro da igreja abraçam o que é referido como o ponto de vista "igualitário" ou "progressista".

No caso da Igreja Católica, a posição de freira indica a principal oportunidade que as mulheres têm para participar “ativamente” na instituição religiosa, já que se percebe na história que a mulher tem sido alijada da participação nas esferas do poder e da administração.

A existência de ordens de mulheres nunca garantiu nenhum tipo de poder direto das mulheres afora dos conventos e instituições ligadas a estes. Enquanto as igrejas protestantes vêm dia após dia aumentando o número de mulheres em seus ministérios, a instituição católica permanece radical com relação ao gênero. O papel da mulher se mantém imutável desde sua fundação, perpetuando a submissão feminina dentro da instituição e entre seus fiéis.

Assim, a hierarquia da Igreja Católica permanece firme em sua decisão de vedar os espaços das altas hierarquias, que possui três graus: os diáconos, os padres e os bispos, às religiosas. O Papa João Paulo II, na “Encíclica Da Dignidade da Mulher”, fala sobre o papel “fundamental” das mulheres na história do Cristianismo, argumentando que há papéis femininos e masculinos na Igreja, uma divisão de tarefas diferenciada entre os gêneros. Segundo esta, as mulheres religiosas são consagradas a Deus, e a diferença entre os dois papéis está na função sacerdotal ministerial, que é destinada apenas aos homens. Prosseguindo, ele afirma que o paraíso não é destinado aos ministros, mas antes aos santos, homens ou mulheres, um discurso que pode indicar um não desmerecimento do papel das mulheres na igreja, e, de certa forma, evitar maiores contestações.

O Papa Francisco, em entrevista dada recentemente durante o voo de volta a Roma depois de presidir a Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro, deixou muito claro que a igreja “vê as mulheres como semelhantes, mas não iguais aos homens”. Defendeu uma maior participação da mulher na igreja católica, mas rejeitou a possibilidade de que elas possam exercer o sacerdócio. Assim, estas continuam excluídas da alta hierarquia e proibidas do exercício do sacerdócio.

Deste modo, no Brasil, até o momento, a liderança religiosa feminina pode, pois, ser considerada um fenômeno exclusivamente evangélico.

Entretanto, ainda que algumas denominações evangélicas comecem a revisar certas interdições, grande parte das igrejas não permite que a parcela feminina pratique o pastorado. Os cargos de liderança associados à habilidades “inerentemente” femininas, tais como a direção de escola bíblica dominical e a organização de grupos de oração, o cuidado das crianças ou lecionar para adolescentes ou senhoras e atividades de menor visibilidade são comumente atribuídos às mulheres. Sendo assim, as verdadeiras limitações às mulheres evangélicas encontram-se especificamente vinculadas ao exercício do pastorado, pois este traz consigo a exigência por maior autoridade eclesiástica e cria um ponto de discussões bastante acaloradas entre líderes das mais variadas denominações (Santos apud Silva, 2008).

Assim, tornar-se pastora ainda é um privilégio para poucas e, somente de umas décadas para cá, com o advento do neopentecostalismo e as mobilizações missionárias, aliados à acalorados debates entre as lideranças cristãs, é que o ministério pastoral feminino, até então estagnado, tem conquistado maior espaço no ambiente das igrejas. Contudo, mesmo nessas denominações, há inúmeras e sutis discriminações contra as ministras ordenadas, especialmente no tocante à sua ascensão a cargos mais altos na estrutura de poder das instâncias superiores.

5. Considerações Finais

Além de ser um dos pilares sobre o qual se assenta a relação hierárquica entre os sexos, a Igreja contribui para a manutenção da ordem política reforçando-a simbolicamente, inculcando em seus membros que a submissão feminina ao homem é algo natural e necessário. Ela inculca explicitamente uma moral familiarista completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres.

Constata-se, que o poder ainda é desigualmente distribuído entre os sexos. Em geral, as mulheres ocupam posições subalternas na organização mais ampla da vida social e também nas religiões cristãs. Continuam ausentes dos espaços definidores das crenças e das políticas pastorais e organizacionais das instituições religiosas. As configurações tradicionais do masculino e feminino ainda mantêm-se como muralha de contraposição às mudanças, e, portanto, a ordenação feminina.

A interpretação da visão hierárquica eclesial desconsidera solenemente a recente inclusão social da mulher. Fruto da reflexão dos homens ligados às instituições religiosas, não correspondem ao que as mulheres sentem, suas reivindicações, quer em teologia, quer no interior das Igrejas, embora nos cultos, missas e no serviços religiosos estas sejam a maioria. Percebe-se que as diferenças estão integradas num discurso igualitário, abstrato e global, mas que visa tão somente desautorizar a atuação.

A situação da mulher consagrada ao trabalho religioso no âmbito da hierarquia da Igreja Católica como um todo, não sofreu alterações significativas. Porém, em relação à condição pessoal, acesso à informação através da mídia, os conventos hoje são muito diferentes da rigidez e severidade de vinte ou trinta anos atrás. No contexto evangélico, as mudanças constatadas em relação à ascensão da mulher consagrada ao serviço religioso aparecem de forma ambígua e contraditória. Assim, é admissível concluir que a situação da mulher cristã consagrada no Brasil ainda enfrenta barreiras poderosas. As mudanças neste setor são muito lentas e de difícil assimilação, até mesmo por parte das próprias mulheres.

As concepções de gênero e religiosidade dos indivíduos estão intimamente relacionadas à sociedade na qual vivem e são socializados. Se pensarmos que as concepções de gênero não têm origem na natureza biológica, mas numa construção sociocultural bem urdida e bem nutrida ao longo de séculos no campo simbólico que visa regular relações de poder entre os sexos, precisamos reconhecer que este campo impregna nossos atos, afetos e identidades e por isso mesmo, são muito mais difíceis de serem mudados.

A possibilidade de formular pensamentos que questionem a tradição vigente é uma das condições que torna possível a construção de movimentos requerentes da igualdade entre homens e mulheres, sem isso há maiores chances de que se incorpore e se reproduza certas normas e valores, e em vez de ruptura, teremos continuidade, em vez de mudanças, permanência.

Referências Bibliográficas

- Bourdieu, P. (2003). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand.
- Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulheres e violência. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n.4.
- Carneiro, A. (2008). *A missão da mulher no contexto social da igreja na sociedade pós-moderna*. Acessado em: 26 junho de 2012. Disponível em: <http://www.ejesus.com.br/artigos/a-missao-da-mulher-no-contexto-social-da-igreja-na-sociedade-pos-moderna/>.
- Castells, M. (2000). O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: *O poder da Identidade*. Vol.II, 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2001). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Furlin, N. (2008). Inserção feminina nos territórios do saber teológico: Uma perspectiva de gênero. In: *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis.
- Lagarde, M. (1993). *Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. México: UNAM.
- Giddens, A. (2005). *Sociologia*. 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed.
- Rosado-Nunes, M. J. (2005). Gênero e religião. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 2.
- Rosado-Nunes, M. J. (2006). Teologia Feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. In: *Revista Estudos Feministas*: Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril.
- Perrot, M. (1988). *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Perrot, M. (2005). *As Mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC.
- Sayão, D. T. (2003). Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. In: *Revista Perspectiva*, v.21 n.01, jan/jun. Florianópolis: Editora da UFSC: NUP/CED.
- Scott, J. W. (1990). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, vol.16, nº 2, Porto Alegre, jul/dez.. Acesso em: 28 de maio de 2012. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html.
- Silva, J. T. (2008). Lideranças pentecostais femininas: notas sobre a reelaboração da identidade feminina no meio pentecostal e sua influência nas demais esferas sociais. *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*: Florianópolis.
- Silva, T. T. (1999). As relações de gênero e a pedagogia feministas. In: *Documentos de identidade*. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica.